

“Espelhos partidos têm muito mais luas”: por uma poética das formas-de-vida

"Party mirrors have much more moons": for a poetic of the forms-of-life

João Batista de Oliveira Ferreira

Resumo

Este ensaio discute o ato de criação literária como paradigma dos processos de subjetivação que possibilitam a produção de formas-de-vida. Com base em Deleuze e Agamben, principalmente, o ato de criação literária possibilita pensar as lógicas de outras formas de produção de resistências, movimentos aberrantes e rupturas dos dispositivos de captura e dominação; e também as ações constituintes das formas-de-vida ética e politicamente referenciadas. Neste percurso, propõe-se uma poética das formas-de-vida, entendida como processo, trabalho vivo de potência, micropolítica ativa e passagem de vida.

Palavras-chave

Ato de criação, processos de subjetivação, formas-de-vida, Gilles Deleuze, Giorgio Agamben.

Abstract

This essay discusses the act of literary creation as a paradigm of the processes of subjectivation that enable the production of life-forms. Based mainly on Deleuze and Agamben, the act of literary creation makes it possible to think about the logics of other forms of resistance production, aberrant movements and ruptures of the devices of capture and domination; and also the actions constituting ethical and politically referenced forms of life. In this sense, we propose a poetics of forms-of-life, understood as process, living power work, active micropolitics and life passage.

Keywords

Act of creation, processes of subjectivation, forms-of-life, Gilles Deleuze, Giorgio Agamben.

**João Batista de
Oliveira Ferreira**

**Universidade Federal do
Rio de Janeiro**

Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e da Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor em Psicologia Social e do Trabalho (UnB).

ferreira.jb@gmail.com

“Pedaços (na mais escura
quanto pequena é a mais suja
última rua
de qualquer cidade) de espelho

todos no chão (por que
se diz que dá
azar quebrar um espelho?)
cheios de céu”
E.E. Cummings, *Poema 25*.

“Os espelhos partidos têm muito mais luas”
Mário Quintana, *Caderno H*

Os poemas de E.E. Cummings e Mário Quintana são pequenas imagens dos movimentos de transfiguração do mundo. O chão da rua mais sombria, suja e perdida da cidade, de repente, está cheio de pedaços de céu. A pequena rua esquecida ganha breves fulgurações, outras formas de existência. E mesmo o céu pode se multiplicar em espaços iluminados por luas infinitas.

Os espelhos fragmentados criam visões que arrastam nossos olhares, nos convidam para experiências com espaços indefinidos e temporalidades que escapam à sequência regular dos ponteiros dos relógios. Criam outras possibilidades de ver, sentir, pensar os confins esquecidos do mundo e de nossas vidas. Como resistências às maquinarias do ordinário cotidiano, tais poemas-fragmentos colocam em cena existências que perderam a condição e o direito de se fazer visíveis. Existências que, com as rupturas dos espelhos, tornam-se estranhas aos mandamentos da normalidade, são condenadas ao azar, ao infortúnio; são excluídas daquilo que, no azar, é o encontro com o que está fora da ordem, com o inesperado, com uma expressão potente da vida.

Com estes poemas-fragmentos sinalizamos o movimento mais geral deste ensaio: a partir do ato de criação literária (com ele e para além dele), procuramos discutir os modos de subjetivação (capturados e emancipadores) e pensar uma poética das formas-de-vida, na qual a vida se constitui como forma ética e politicamente qualificada em contínuo movimento.

Fios da meada, emaranhado de linhas

Como os atos de criação se relacionam com os modos de subjetivação? Tal pergunta nos aproxima de algumas questões fundamentais do pensamento de Foucault. Os atos de criação possibilitam outros modos de existência? Quais são os novos modos de subjetivação? Como produzir algo novo no mundo? Tais questões assombraram Foucault até o final da vida, como espectros dos enigmas da criação e da subjetivação.

No artigo *O que é um dispositivo?* Deleuze (2016, p. 362) enfatiza a importância desses questionamentos e ressalta a fecundidade de estudos nesta linha (interrompidos precocemente com a morte de Foucault): “O estudo das variações dos processos de subjetivação parece muito bem ser uma das tarefas fundamentais”. Questões centrais para pensarmos os modos de subjetivação a partir das leituras de Deleuze e Agamben do conceito foucaultiano de dispositivo.

1

A subjetivação só-que-não é produzida por: a) poderes abusivos que se sobrepõem e desabilitam o acesso a direitos (direitos fundamentais, por exemplo); b) abandono de quem busca o exercício de direitos, pois não há instâncias de mediação; c) paralisia das formas de vida por situações de violência sutil ou não; d) redução da vida à simples sobrevivência, à vida ética e politicamente desqualificada (FERREIRA, 2016).

2

A ética viva é uma referência crítica aos “discursos éticos” (no âmbito das corporações, organizações políticas, religiosas, no campo social, principalmente), aos dispositivos e propagandas com aparência de aceitação e respeito às diferenças, mas, na prática, caracterizam uma “ética morta”, uma “ética no papel”, com mandamentos morais pautados pela lógica de conservação das estruturas, instrumentalizada para assegurar a conformidade e a dominação (FERREIRA, 2014).

Para Deleuze (2016, p. 367), dispositivo é o conjunto de múltiplas linhas de naturezas diversas, uma meada de linhas em diferentes direções, um campo de disputas: “estas linhas traçam processos sempre em desequilíbrio e ora se aproximam ora se afastam umas das outras. Cada linha é rompida, submetida a variações de direções (...) e a derivações”. Há dois grandes grupos de linhas: estratificação ou sedimentação e atualização ou criatividade. No segundo grupo, estão as linhas de rachadura, fissura e fratura. “As linhas de subjetivação parecem particularmente capazes de traçar caminhos de criação, que não param de abortar, mas também de ser retomados, modificados, até a ruptura do antigo dispositivo” (DELEUZE, 2016, p. 365). Para afirmar a vida é necessário buscar nos dispositivos as linhas de subjetivação que resistem às dominações; em sintonia com o “imperativo ético” sublinhado por Guattari (1992, p. 33): “A única finalidade aceitável das atividades humanas é a produção de uma subjetividade que enriqueça de modo contínuo sua relação com o mundo”.

Após breve genealogia do termo em Foucault, Agamben (2009, p. 40) entende dispositivo como: “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes”; e propõe a divisão do existente em dois grupos: os seres viventes e os dispositivos. Os sujeitos são produzidos nos tensionamentos das relações e do corpo a corpo entre viventes e dispositivos. Assim, o dispositivo é “uma máquina de produzir subjetivações, sem as quais não pode funcionar” (AGAMBEN, 2009, p. 46). Em grandes linhas, tal tensionamento é um campo de produção de múltiplos modos de subjetivação, dos atos de criação, da ética e da política (e até mesmo da história dos homens).

Deleuze e Agamben ressaltam que a expansão do capitalismo resultou na proliferação dos dispositivos de dominação. É possível ainda encontrar formas de vida não atravessadas por dispositivos que transformam tudo em mercadorias: atividades, corpo humano, sexualidade, linguagem, coisas, lugares (com a contínua distinção e redução do valor de uso ao valor de troca)?

O capitalismo como religião - enfatiza Agamben (2017) com base em Walter Benjamin - impede a vida seja ética e politicamente qualificada. Agamben (2017, p. 15) ressalta, com Debord, que: “a vida nas condições espetaculares é uma falsa vida, uma sobrevivência, ou, ainda, um pseudo uso da vida”. O consumismo (vendido como possibilidade de uso) é a apropriação imaginária da vida espetacularizada. É, de fato, impossibilidade do uso, faz parte dos conjuntos de imagens e dispositivos maiores que sinalizam formas de inclusão, mas efetivamente operam exclusões sutis e brutais.

O que define os dispositivos com os quais temos que lidar na atual fase do capitalismo é que estes não agem mais tanto pela produção de um sujeito quanto por meio de processos que podemos chamar de dessubjetivação. Um momento dessubjetivamente estava certamente implícito em todo processo de subjetivação (...), mas o que acontece agora é que processos de subjetivação e processos de dessubjetivação parecem tornar-se reciprocamente indiferentes (...) (AGAMBEN, 2009, p. 147).

Os modos de subjetivação e dessubjetivação são indissociáveis (subjetivação-dessubjetivação), o que nos leva a nomeá-los como modos de (de) subjetivação. As forças de captura e de resistência, no entanto, configuram em cada situação a predominância de um ou de outro modo de (de) subjetivação. Em linhas gerais, a partir de Deleuze e Agamben pensamos tais predominâncias com os seguintes desenhos:

3

Para os propósitos deste ensaio, utilizamos os conceitos de obra, artista e operação criativa de modo indissociável, como sugerido por Agamben (2013, p. 357): “A hipótese que gostaria de sugerir é que obra e operação criativa são duas noções complementares que formam com o artista como seu meio o que lhes proponho chamar de máquina artística da modernidade. E jamais é possível separar um desses três elementos. Juntos formam algo como os anéis de Borromeo (três círculos unidos de tal modo que nenhum deles pode ser separado sem que separe também os outros). Obra, artista e operação criativa estão ligados juntos numa espécie de máquina de três faces (...)”.

a) modos de estratificação-sedimentação: predominância de dispositivos e movimentos de captura, normatividades duras, moralismos e dogmatismos, conformidades e reprodução dos instituídos, contínua dicotomia e redução da subjetivação à dessubjetivação (com aparência de subjetivação), negação da (de) subjetivação que coloque em risco os instituídos; produção de modos de subjetivação só-que-não (FERREIRA, 2016).

b) processos de atualização-criação: predominância de dispositivos e movimentos de ruptura, articulados às normatividades vitais (CANGUILHEM, 2002), indissociabilidade (de) subjetivação; poética da subjetivação, entendida como experiência de afirmação do indiferenciado e do não instituído. São constituídos e constituíntes de uma ética viva - que ganha forma a partir da subversão poética do tempo serializado e dos espaços formatados da vida cotidiana, e reconfigura os campos fechados das forças instituídas (FERREIRA, 2014).

O ato de criação literária é um dos dispositivos destes processos de atualização-criação.

Os dispositivos de produção de subjetividade podem existir em escala de megalópoles assim como em escala dos jogos de linguagem de um indivíduo. Para apreender os recursos íntimos dessa produção – essas rupturas de sentido autofundadoras de existência –, a poesia, atualmente, talvez tenha mais a nos ensinar do que as ciências econômicas, as ciências humanas e a psicanálise reunidas! (GUATTARI, 1992, p. 33).

Em torno de um ponto invisível

O que é o ato de criação literária? Para Blanchot (2005, p. 49):

O fazer literário escapa às determinações, às afirmações que o estabilizem em conceitos determinados. Nunca está dado, está sempre por se reinventar. Como fazer da arte, a literatura não pode ser medida pelos critérios da funcionalidade, da utilidade ou da informação.

No livro *Esse ofício do verso*, Borges recorre a Santo Agostinho ao ressaltar a dificuldade para definir a poesia (que entendemos também para a literatura): “O que é o tempo? Se não me perguntam o que é o tempo, eu sei. Se me perguntam o que é, então não sei. Sinto o mesmo em relação à poesia” (BORGES, 2007, p. 27).

Ressonância que encontramos também em Harold Bloom (2005, p. 135): “cada uma das peças de Shakespeare gira em torno de um ponto invisível que filósofo algum pode definir”; o autor ainda questiona a possibilidade de compreender o enigma da criação literária: “alguém seria capaz de desvendar o mistério da criação que produziu seres ficcionais como Hamlet, Don Quixote ou Raskolnikov?”.

Em sintonia com estas impossibilidades de representação, Agamben (2017) nos diz que certas formas de escrita giram em torno de núcleos obscuros e escondidos dos quais tentam se aproximar e, ao mesmo tempo, escapar. Aproximar-se destes núcleos é chegar perto de algo intenso demais, que não se deixa alcançar e capturar pela linguagem. Com estes apontamentos, nos encontramos com o pensamento de Deleuze sobre a literatura.

4

Os parênteses indicam que o ato de criação literária é utilizado para pensar, para além dele mesmo, outros atos de criação. O ato de criação literária é tomado assim como paradigma de outros atos de criação. Para Agamben (2010), um paradigma pode tornar inteligíveis contextos problemáticos mais amplos, para além dele mesmo: “um caso singular que é isolado do contexto do qual forma parte, só na medida em que, exibindo sua própria singularidade, torna inteligível um novo conjunto” (CASTRO, 2012, p. 154). Neste ensaio, a criação literária é entendida como singularidade que pode tornar inteligíveis as singularidades dos atos de criação das formas-de-vida.

b) Utilizamos neste ensaio a noção de criação, mas consideramos o apontamento crítico de Agamben (2016, p. 36) sobre a amplitude problemática deste termo: “Debo admitir que experimento un cierto malestar frente al uso, desafortunadamente hoy muy extendido, del término “creación” referido a las prácticas artísticas. (...) Por eso prefiero hablar de acto poético, y si continúo por comodidad sirviéndome del término creación, querría que fuese entendido sin ningún énfasis, bajo el simple sentido de poeïn, ‘producir’”. Assim, a criação é entendida aqui como “produção”, como colocar em presença. É uma noção ainda extensa (que será problematizada em outro ensaio), mas mais precisa do que criação.

5

Os movimentos aberrantes constituem o problema mais geral da filosofia de Deleuze, como propõe Lapoujade (2015, p. 13), e caracterizam sua filosofia como “lógica irracional dos movimentos aberrantes”; que sob certas condições “constituem a mais alta potência de existir, enquanto a lógica irracional é a mais alta potência de pensar”.

Escrever não é certamente impor uma forma (de expressão) a uma matéria viva. A literatura está antes do lado do informe, ou do inacabamento (...). Escrever é um caso de devir, sempre inacabado, sempre em vias de fazer-se, e que extravasa qualquer matéria vivida ou vivível. Escrever é um processo, uma passagem de Vida que atravessa o vivível e o vivido (DELEUZE, 2011, p. 11).

Esta passagem tem questões complexas que se articulam com as referências anteriores. Sublinhamos aqui o escrever como processo, fazer no limite do informe e passagem de vida. No recorte deleuziano, o conceito de processo ultrapassa a neutralidade descritiva, é

(...) uma ruptura, uma brecha que quebra a continuidade de uma personalidade, forçando-a a uma espécie de viagem através de um 'a mais de realidade' intenso e assustador, seguindo linhas de fuga nas quais se precipitam natureza, história, organismo e espírito (LAPOUJADE, 2015, p. 10).

As linhas de fuga como linhas de ruptura e passagem através do que escapa às determinações. Possibilitam potências, aberturas, espaços de indeterminação e um "a mais de realidade". O ato de criação (literária) torna-se "espaço de resistência ao estereótipo, à estandarização. O artista recupera uma poética de ruptura (...) como negação da comunicação normalizada" (PIGLIA, 1999, p. 36). Tal poética de ruptura é aqui utilizada para articular as proposições deste ensaio; e pensada como produção de resistências aos dispositivos e às normatividades estereotipadas que instrumentalizam capturas de vida. Tais resistências são engendradas nas lutas contra o pensamento dogmático, nas buscas para afirmar a vida singular-plural-coletiva, nos movimentos irracionais, infundados, instáveis, necessários, criadores que caracterizam os movimentos aberrantes.

Com isso, encontramos dimensões ético-políticas do ato de criação (literária) que alcançam as lutas por "fazer existir o que é desprovido de direitos, o que não tem direito à fala, não somente política ou socialmente (minoridade de fato), mas na própria língua (minoridade de direito) – o que faz com que haja necessariamente uma política da língua", como ressalta Lapoujade (2015, p. 268). Configura-se assim uma literatura menor, com a intensidade política de um devir minoritário que "apela a todo um trabalho de potência, uma micropolítica ativa" (DELEUZE e GUATTARI, 2012, p. 89). E que possibilita fragmentar as imagens do sentido único para fazer ver situações de exclusão, como apontam Deleuze e Guattari (2014) no livro sobre Kafka. Tal perspectiva ético-política é indissociável das resistências ao intolerável, à servidão, à infâmia, ao instituído, à representação.

Com a marcação do trabalho de potência e micropolítica ativa, nos aproximamos também do ato de criação (literária) como trabalho vivo. O trabalho vivo da criação (literária) é produzido por movimentos que ganham vida com as forças de ruptura que irrompem de modo intempestivo, resistem ao instituído, à formalização e se opõem às determinações que constituem o real.

O trabalho vivo só existe como processo de criação. Só existe no campo de tensões entre campos normativos de regulação da vida e as forças do viver. Campos normativos que são atravessados por instâncias mais amplas de determinação, como as relações de poder e dominação que configuram os campos fechados das formas instituídas. Tais formas articulam prescrições, regras, normas, procedimentos, conhecimentos, linguagem, ciência, leis. E

6

"O real é o ponto de impossível da formalização (...) é atingido não através do uso da formalização – já que ele é justamente o impasse dela -, mas quando se explora aquilo que é impossível para essa formalização (...) não se trata de uma impossibilidade geral, mas do "ponto" preciso que é o impossível de uma determinada formalização" (BADIOU, 2017, p. 30-31).

7

O real-dogmático, por sua vez, inclui outras dimensões do real: a) o real da discriminação - caracterizado por diversas formas de preconceitos e discriminações; b) o real da dominação - caracterizado, por exemplo, por relações sociais de gênero marcadas pela dominação dos homens sobre as mulheres. Dejours (2012) utiliza esta noção no âmbito das relações de trabalho, que é aqui ampliada para incluir outras formas de dominação (entendida como formas abusivas de poder). Assim, incluímos (no real da dominação) o real institucional e o real organizacional caracterizados, entre os aspectos, pelo abuso do poder institucional, organizacional e diretivo, que ganham forma nos mandamentos gestionários, nos dispositivos ordenadores dos campos normativos das instituições e organizações, com base no princípio primordial de conformidade ao instituído (FERREIRA, 2009, 2011, 2016). Com isso, entendemos necessário caracterizar também as noções real do prescritivo ou real do prescrito: são normatividades duras que buscam de regular as formas de sentir, pensar e agir e se tornam impedimentos e capturas dos atos de criação e, assim, das formas de vida.

são ordenadas por um tempo linear. Formas das ideologias defensivas, sentidos fechados e dispositivos de captura. As formas deste campo, no entanto, nunca são inteiramente fechadas, pois sua trama de sentidos não contém os movimentos inesperados e caóticos do mundo (FERREIRA, 2014, p. 716).

O trabalho vivo é a experiência do real, do indiferenciado, que possibilita uma passagem para o diferenciado, mas sem se deixar capturar por ele. O trabalho vivo é processo, fazer no limite do informe, passagem de vida. É uma composição em movimento, no limite das reconfigurações produzidas pelas forças do real.

Avesso clandestino das práticas de dominação, o real cria contínuas dissonâncias (...) A tentativa de lidar com essa difusão desconcertante é a busca de dar-lhe forma por meio da palavra, na interminável procura de simbolização - marcada pelo fracasso - de constituir sentidos para o que escapa ao sentido (FERREIRA, 2014, p. 717).

Esta dimensão do real (aqui nomeada real-enigmático) possibilita experiências que escapam às determinações, força e desativa ordenações e normatividades instituídas. Produz vazios normativos, espaços abertos (marcados pela ausência de sentido) –não lugares e tempos singulares. O real, no entanto, tem outras dimensões e texturas constituídas por lógicas de dominação que resistem à vida, exacerbam campos normativos prescritivos, produzem sobrecarga normativa, supernormatização das prescrições - que denominamos real-dogmático. Os trabalhos de criação de Kafka, Orwell, Huxley, Melville, entre outras escritoras e escritores, são críticas fortes ao real-dogmático e aos seus dispositivos instrumentais.

O trabalho vivo da criação (literária) é, assim, experiência de resistência e ruptura dos dispositivos do real-dogmático e experiências de composição com dispositivos do real-enigmático. O trabalho vivo é um ato poiético, momento da potência e potência da criação (ANTUNES, 2009). Como poiésis, o trabalho vivo implica o poder de sentir, pensar, resistir, fissurar, inventar. Abre fissuras-possibilidades para a existência: horizontes e espaços de indeterminação, múltiplos sentidos, mobilização subjetiva e coletiva, reconfigurações normativas, práticas de transformação, invenção de vida e de mundo.

Com isso, dispararam-se outras questões. Como criar espaços para vozes e escritas condenadas ao silêncio e à solidão? Como colocar em movimento os circuitos dos afetos paralisados pelo medo e a violência (SAFATLE, 2015)? Como dar voz e escrita ao que escapa à representação, ao que é inominável?

Escrever com os obscuros lampejos do presente

O tempo da criação (literária) é uma forma de resistência à exacerbação do tempo instrumentalizado do capitalismo? O trabalho do artista coloca novas questões sobre a função do tempo: “Justamente por não responder a uma lógica do capital, que em nosso tempo propõe equivalências entre tempo e dinheiro, o artista produz muitas vezes, num longo tempo silencioso, um trabalho nem sempre visível” (SOUSA, 2000, p. 216). Há ressonâncias aqui com Italo Calvino (1990, p. 67), no livro Seis propostas para o próximo milênio, na frase utilizada para ressaltar a temporalidade transgressora da criação: “apressa-te lentamente”.

8

No conto-parábola Diante da lei (no livro O processo) de Kafka identificamos uma situação paradigmática neste sentido. Um homem do campo chega ao local onde teria acesso à lei. Um porteiro bloqueia sua passagem. O homem do campo pergunta se pode entrar. O porteiro: “é possível, mas agora não”. A porta está aberta, mas não pode ser usada. “O homem do campo não esperava tais dificuldades: a lei deve ser acessível a todos e a qualquer hora” (KAFKA, 2003, p. 199). O porteiro o intimida: “tente entrar apesar da minha proibição. Mas veja bem: eu sou poderoso”. E assim se passa o tempo de uma vida. Paralisada pela espera, pela impossibilidade do acesso à instância que asseguraria direitos fundamentais, sem os quais não é possível afirmar a vida. Não tem a quem recorrer. A vida paralisada. Quantos anos de solidão? Fica ali até a morte (FERREIRA, 2016, p. 127).

9

“Entre as múltiplas virtudes de Chuang-Tsê estava a habilidade para desenhar. O rei pediu-lhe que desenhasse um caranguejo. Chuang-Tsê disse que para fazê-lo precisaria de cinco anos e uma casa com doze empregados. Passados cinco anos, não havia sequer começado o desenho. “Preciso de outros cinco anos”, disse Chuang-Tsê. O rei concordou. Ao completar-se o décimo ano, Chuang-Tsê pegou o pincel e num instante, com um único gesto, desenhou um caranguejo, o mais perfeito caranguejo que jamais se viu” (CALVINO, 1990, p. 67).

O ato de criação (literária) acontece em uma temporalidade singular, intempestiva, que faz micro rupturas nos dispositivos-dogmáticos de apropriação do tempo. Deleuze (2016, p. 366) utiliza esta noção para marcar a necessidade das resistências que nos levam a “agir contra o tempo e, assim, sobre o tempo, em favor, eu o espero, de um tempo por vir” (valendo-se de uma referência que Foucault resgatou de Nietzsche). A partir do mesmo conceito nietzschiano do intempestivo, Agamben (2009, p. 59) pensa o contemporâneo como: “uma singular relação com o próprio tempo, que se adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias, mais precisamente, essa é a relação com o tempo que a este adere através de uma dissociação e um anacronismo”.

O ato de criação (literária) é experiência viva com (e do) intempestivo e também a produção do intempestivo: “O poeta, enquanto contemporâneo, é esta fratura, é aquilo que impede o tempo de compor-se e, ao mesmo tempo, o sangue que deve suturar a quebra” (AGAMBEN, 2009, p. 61); e acrescenta: “O poeta – o contemporâneo (...) é aquele que mantém o olhar fixo no seu tempo, para nele perceber não as luzes, mas o escuro. (...) que é capaz de escrever mergulhando a pena nas trevas do presente” (AGAMBEN, 2009, p. 62); e “também de perceber nesse escuro uma luz” (AGAMBEN, 2009, p. 65).

Com estas sinalizações, ressaltamos a utilização do ato de criação (literária) como paradigma, na forma entendida por Agamben, para pensar os atos de criação ética e politicamente qualificados, entendidos como poética das formas-de-vida.

Dos espelhos dogmáticos aos enigmas dos espelhos

Os dispositivos de captura buscam adesões e também silenciar quem (ou que) se apresente como diferença e ruptura das normatividades duras. Silêncios que têm muitas faces, semblantes, expressões - as faces das vidas submetidas às lógicas econômicas e sociais que calam vozes, escritas, afetos, pensamentos; os semblantes que resistem, em aparente mutismo, às formas de opressão; as expressões vazias dos adoecimentos e mortes produzidas pela exploração, como depressões, suicídios (que têm acontecido também nos locais de trabalho), entre outros. Interrogar as histórias secretas do silêncio torna-se, assim, questão de vida e de morte (FERREIRA, 2017).

Como questão de morte, encontramos os dispositivos indutores de imagens unificadas do mundo. Em ressonância com os poemas em epígrafe (e com nosso percurso até aqui), tais dispositivos dogmáticos nos remetem, de modo mais amplo, às máquinas de imposição de fins, coerções, determinações, verdades, espaços-tempos e campos normativos fechados que produzem situações de mortificação simbólica e do corpo. Como espelho de Narciso que reduz o mundo à própria imagem e fica prisioneiro da autoimagem mortífera. Aqui a ressonância inevitável com a era-selfie, com os selfies-made-men-women que alcançam a morte quando buscam “a melhor imagem”.

Como questão de vida, temos os dispositivos que possibilitam interrogar as formas do silêncio, dar vida ao questionamento de São Paulo, resgatado por Žižek (2003, p. 57): “quem está realmente vivo hoje”? Como questão de vida, encontramos os atos de criação (literária) que podem produzir fragmentos e criar outras visões do mundo e se constituir como:

Máquina de produzir inícios, uma máquina da linguagem, das formas de utilizar a linguagem. (...) Estamos pois no âmbito dos nascimentos; o fragmento é um mecanismo de parto; de início, de começo; clínica – eis o que é o fragmento: espaço privilegiado – clínica de nascimentos (TAVARES, 2013, p. 41).

10

Agamben (2010, p. 15): “1) El paradigma es una forma de conocimiento ni inductiva ni deductiva, sino analógica, que se mueve de la singularidad a la singularidad; 2) Neutralizando la dicotomía entre lo general y lo particular, sustituye la lógica dicotómica por un modelo analógico bipolar; 3) El caso paradigmático deviene tal suspendiendo y, a la vez, exponiendo su pertenencia al conjunto, de modo que ya no es posible separar en él ejemplaridad y singularidad; 4) El conjunto paradigmático no está jamás presupuesto a los paradigmas, sino que permanece immanente a ellos; 5) No hay, en el paradigma, un origen o una arché: todo fenómeno es el origen, toda imagen es arcaica; 6) La historicidad del paradigma no está en la diacronía ni en la sincronía, sino en un cruce entre ellas”.

11

A série de televisão Black Mirror apresenta modos de subjetivação dos espelhos-dispositivos-dogmáticos que ganham forma nos espelhos escuros “que você encontra em toda parede, em cada mesa, na palma de todas as mãos: a tela fria e brilhante de uma TV, de um monitor, de um smartphone” (BROOKER, 2011).

Como questão de vida, os espelhos-enigmáticos criam imagens que tornam possível ver o que não pode ser visto, como o escudo-espelho utilizado por Perseu para enfrentar a Medusa que transformava em pedra quem a olhasse diretamente. Uma das formas de real-dogmático (e também enigmático) que é intenso demais para ser visto. Os espelhos-enigmáticos criam e fazem ver imagens que escapam aos dogmas e à compreensão. “O espelho é o lugar em que descobrimos que temos uma imagem e, ao mesmo tempo, que ela pode ser separada de nós, que a nossa “espécie” ou imago não nos pertence” (AGAMBEN, 2007, p. 51).

O enigma dos espelhos é o de, estando no tempo, espelhando superfícies, corpos, imagens, refletirem, através de um plano de intensidade progressiva, uma atemporalidade, refletirem a possibilidade anterior ou posterior – em todo caso, sempre implícita – à configuração do tempo e de suas figuras, refletirem o que não tem forma, o informe, o monstruoso, assustador. Tanto aterrorizante quanto alegremente espantosa, a profundidade que a superfície do espelho reflete chama-se vida (PUCHEU, 2004, p. 230).

Por uma poética das formas-de-vida

Ao colarmos as imagens-fragmentos de e.e cummings, Mário Quintana, Deleuze, Agamben, entre outros, buscamos fazer deste ensaio um espelho-dispositivo-fissurado. Espelho que gira em torno de fragmentos, de núcleos enigmáticos. Fragmentos de um dispositivo-enigmático que nos coloca em contato com obscuros e intempestivos lampejos do presente, com processos de uma poética des-constituente das capturas-resistências – uma poética das formas-de-vida.

O ato de criação - como poética das formas-de-vida - resiste e fissa os dispositivos-dogmáticos que forcem submissões às configurações sociais, econômicas e políticas com as quais se articulam; que operam racionalidades e formas das linhas de estratificação-sedimentação voltadas para: disciplina, controle, espetáculo, consumo, exploração do trabalho, aversão aos riscos da propriedade, banalização da injustiça social, discriminações, opressões, preconceitos.

Neste percurso, ressoam questões e demandas ético-políticas complexas. Como enfrentar a multiplicidade e o emaranhado de dispositivos que, ao capturar os desejos e a força vital, impedem a apropriação ético-política da vida? Como inventar linhas de atualização-criação e processos de subjetivação que desloquem a vida capturada para espaços de criação e uso (do) comum? Como possibilitar a construção (sempre inacabada) do uso (do) comum? E, mais especificamente, como a literatura e a linguagem (talvez o mais antigo dos dispositivos) podem constituir resistências-rupturas dos campos normativos de dominação e opressão e composições-suturas de vida no limite do inapropriável?

Questões que mobilizaram neste ensaio a compreensão do ato de criação (literária) como paradigma da poética das formas-de-vida ética e politicamente qualificadas. Poética dos dispositivos-máquinas de (de) subjetivação de produção de inícios e meios, e não da produção de fins. Poética do trabalho vivo, da passagem de vida, das zonas de indiscernibilidade nas quais os movimentos e processos buscam neutralizar, ainda que momentaneamente, as inúmeras dicotomias que nos habitam (entre geral-particular, dentro-fora, regra-vida, entre outras). Poética que se

12

O real-dogmático pode se tornar também enigmático na medida em que escapa à representação, como as dimensões do real de dominação (institucional, organizacional e burocrático) recorrentes na obra de Kafka.

faz em ato e não a priori, que não remete a uma origem determinada, que se produz a partir de quaisquer fragmentos. Poética de uma temporalidade intempestiva, aberrante.

Mais do que refletir imagens existentes, a poética dos dispositivos-enigmáticos torna visíveis outras imagens do mundo, faz nascer o que não existia, o que escapa às racionalidades dogmáticas. Poética da potência do indeterminado, das imagens indefinidas que produzem temores (sete anos de azar como penalidade pela ruptura das imagens unificadas), vertigens, terrores, espantos, alegrias (o azar vivido como deriva, experiência do inesperado, encontro com a vida). Espelhos cheios de luas que enchem a última rua do mundo com pedaços de céu. E também com abismos, profundidades insondáveis que ressoam com as formas em movimento da matéria viva, com experiências de um “a mais de realidade” intenso e assustador, de afetos tanto aterrorizantes quanto alegremente espantosos.

Sobre o artigo

Recebido: 12/08/2016

Aceito: 22/09/2016

Referências bibliográficas

AGAMBEN, G. Arqueologia da obra de arte. Tradução e transliteração de Vinicius Nicastro Honesko. **Princípios: Revista de Filosofia**, v. 20, n. 34, p. 349-361, 2013. Disponível em: <http://www.principios.cchla.ufrn.br/arquivos/34P-349-361.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2017.

AGAMBEN, G. **El fuego y el relato**. Madrid: Sextopiso España, S. L., 2016.

AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo? E outros ensaios** (V. N. Honesko, Trad.). Chapecó, SC: Argos, 2009.

AGAMBEN, G. **O uso dos corpos**. São Paulo: Boitempo, 2017.

AGAMBEN, G. **Profanações**. São Paulo: Boitempo, 2007.

AGAMBEN, G. **Signatura rerum: sobre el método**. Barcelona: Editorial Anagrama, 2010.

ANTUNES, R. A erosão do trabalho. Tendências e debates. **Folha de São Paulo**, 2009. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0105200908.htm>. Acesso em 29 de março de 2017.

BADIOU, A. **Em busca do real perdido**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

BLANCHOT, M. **O livro por vir**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BLOOM, H. **Onde encontrar a sabedoria?** Rio de Janeiro. Objetiva. 2005.

BORGES, J. L. **Esse ofício do verso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BROOKER, C. The dark side of our gadget addiction. **The Guardian**. London. 1 December 2011. Disponível em: <https://www.theguardian.com/technology/2011/dec/01/charlie-brooker-dark-side-gadget-addiction-black-mirror> Acesso em 15 maio 2017.

CALVINO, I. **Seis propostas para o próximo milênio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

- CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CASTRO, E. **Introdução a Giorgio Agamben: uma arqueologia da potência**. São Paulo: Autêntica, 2012.
- CUMMINGS, E. E. Poema 25. In: GULLAR, F. **O prazer do poema: uma antologia pessoal**. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2014. p. 136.
- DEJOURS, C. **Trabalho vivo: trabalho e emancipação**. Brasília: Paralelo 15, 2012.
- DELEUZE, G. **Crítica e clínica**. São Paulo: Editora 34, 2011.
- DELEUZE, G. O que é um dispositivo ? In: DELEUZE, G. **Dois regimes de loucos. Textos e entrevistas (1975 – 1990)**. Ed. preparada por David Lapoujade. São Paulo: Ed. 34, 2016. p. 359-369.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Kafka por uma literatura menor**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, v.4, 2012.
- FERREIRA, J. B. **Perdi um jeito de sorrir que eu tinha: violência, assédio moral e servidão voluntária no trabalho**. Rio de Janeiro: Ed. 7Letras, 2009.
- FERREIRA, J. B. **Do poema nasce o poeta: criação literária, trabalho e subjetivação**. Rio de Janeiro: Ed. 7Letras, 2011.
- FERREIRA, J. B. Sobrevivências, clandestinidades, lampejos: o trabalho vivo da criação literária. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. spe, p. 715-728, 2014.
- FERREIRA, J. B. Quantos anos de solidão? Violência, assédio moral e paralisia das formas de vida no trabalho. In: FARAH, B. L. (Org). **Assédio moral organizacional: novas modalidades do sofrimento psíquico nas empresas contemporâneas**. São Paulo: LTr, 2016, p. 111-119.
- FERREIRA, J. B. **A história secreta do silêncio**. Rio de Janeiro: Ed. 7Letras, 2017. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1322>. Acesso em 01 Jul. 2017.
- GUATTARI, F. **Caosmose: um novo paradigma estético**. Tradução Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- KAFKA, F. **O processo**. Rio de Janeiro: O Globo; São Paulo: Folha de São Paulo, 2003.
- LAPOUJADE, D. **Deleuze, os movimentos aberrantes**. São Paulo: n-1 Edições, 2015.
- PIGLIA, R. **Ricardo Piglia. [Entrevistado por Bella Jozef]. Diálogos oblíquos**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Ed., 1999, p. 35-39.
- PUCHEU, A. Literatura, para que serve? In: CASTRO, M.A. (Org.). **A construção poética do real**. Rio de Janeiro; 7 Letras, 2004, p. 224-242.
- QUINTANA, M. **Caderno H**. São Paulo: Globo, 2006.
- SAFATLE, V. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. São Paulo: Cosac Naify, 2015, p. 13-40.
- SOUSA, E. L. A. Trabalhos invisíveis. In: JERUSALINSKY, A. et al. (Org.). **O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000, p. 216-219.
- TAVARES, G. M. Espanto e fragmento. In: TAVARES, G. M. **Atlas do corpo e da imaginação: teoria, fragmentos e imagens**. Alfragide, Portugal: Caminho, 2013, p. 25-44.
- ZIZEK, S. **Bem-vindo ao Deserto do Real**. São Paulo, Boitempo, 2003.